



# DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL

Therezinha de Castro

Professora de História do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e  
Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

**P**ara melhor avaliarmos as diretrizes geopolíticas do Brasil, em sua dinâmica, temos que nos deter num exame do *espaço e da posição*. Estes, por sua vez, relacionados com o *tempo cronológico* e com a *evolução política* nos conduzirão aos *fundamentos do poder* - nacional, continental e internacional.



a) No âmbito nacional o território brasileiro se diferencia de leste para oeste, ou seja, da zona litorânea para o interior.

Temos um *núcleo geohistórico caracterizadamente marítimo*, englobando em grande parte o nosso ecúmeno estatal, em flagrante contraste com o nosso *território interiorizado que se constitui ainda em área geopolítica neutra*; esta caracteriza a maior parte de nossos limi-

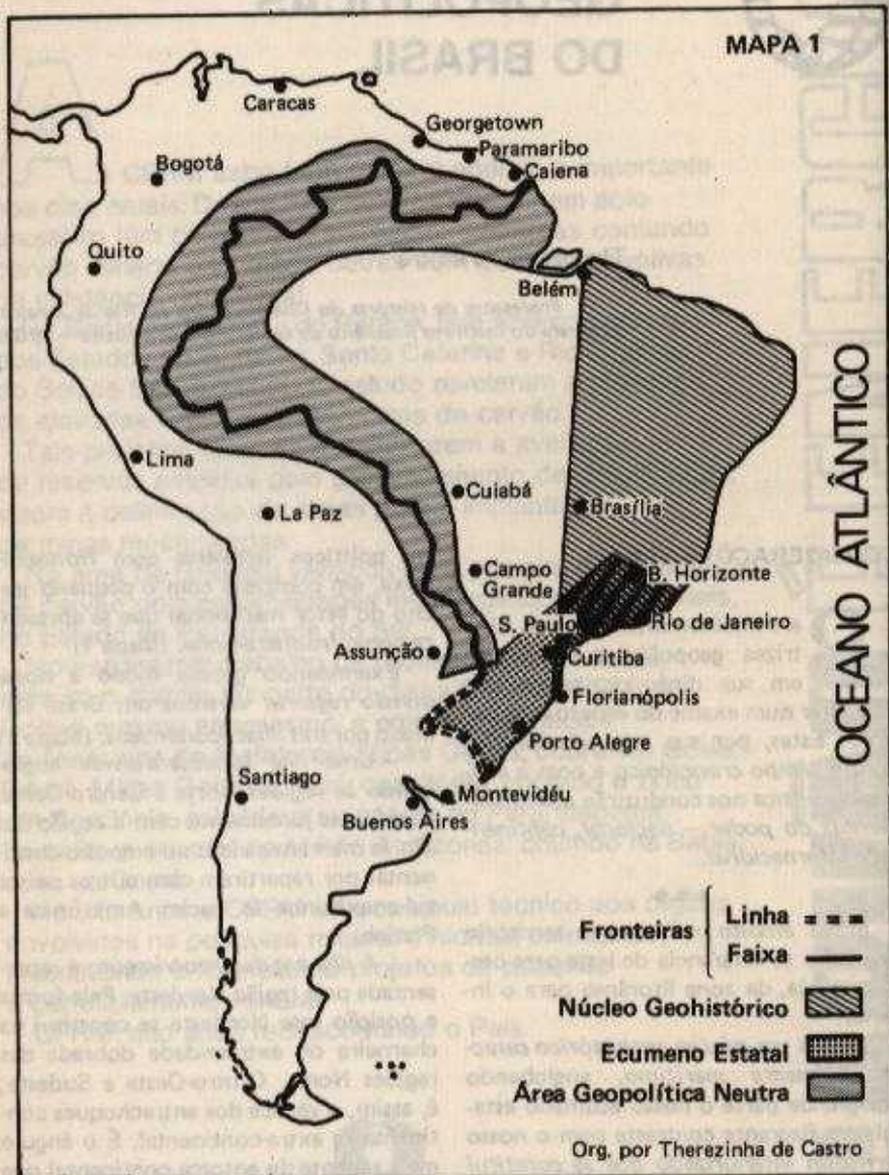
tes políticos terrestres com *fronteira-faixa*, em contraste com o pequeno trecho do setor meridional que se apresenta como *fronteira-linha*. (Mapa 1)

Examinando grosso modo a nossa *divisão regional* veremos um Brasil formado por *três ilhas econômicas*: (Mapa 2)

- Uma *ilha subdesenvolvida* englobando as regiões Norte e Centro-Oeste. Essas duas juntamente com a região Sul são as mais envolvidas no empuxo continental por repartirem com outros países sul-americanos as bacias Amazônica e Platina.

- A *ilha em desenvolvimento* é representada pela região Nordeste. Pela forma e posição esse Nordeste se constitui na charneira ou extremidade dobrada das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste; é, assim, o vértice dos entrecosques continental e extra-continental. É o ângulo mais saliente do entorce continental que coloca: Recife a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires; e Natal a pouco menos

MAPA 1





de 3.000 km de Dakar. Assim, essa linha Natal-Dakar, ou zona de estrangulamento do Atlântico, de reconhecido valor estratégico, é menor do que a distância que vai do nosso litoral no ângulo saliente nordestino até a nossa fronteira com o Peru.

— A *nossa ilha desenvolvida* propriamente dita inclui as regiões Sul e Sudeste onde se encontra o ecúmeno estatal brasileiro.

A região Sudeste, envolvida no triângulo geopolítico Rio—S. Paulo—Belo Horizonte, é a que melhor se articula por vias terrestres, sendo ainda o elo de ligação marítima entre o Sul e o Nordeste.



Do exposto podemos concluir em linhas gerais que:

1ª — Globalizando os fatores que contrastam no nosso território entre o leste e o oeste, podemos deduzir que *o Brasil foi no passado e continua a ser no presente um país voltado para o Atlântico.*

2ª — Na conjuntura regional subsiste *o predomínio geoeconômico, geohistóri-*

*co e geopolítico de apenas 18% do nosso território sobre o total da área do país.*

Carecemos, pois, da verdadeira integração visto não termos ainda conseguido articular as peças econômicas, psicossociais e políticas do país.



b) No âmbito continental, por seu espaço e posição o Brasil pode ser considerado como um corpo estranho no continente sul-americano. Isto porque *ocupa a melhor e mais longa porção da parte oriental do continente banhada pelo Atlântico-Sul*, envolvendo-se em quase a metade do espaço terrestre sul-americano, ou seja 47,3%.

Na área oriental é notória a importância de seu posicionamento no Atlântico-Sul; e sobre esse fato conclui o geopolítico chileno General Ramón Caffas Montalva\* — a Argentina 2ª país em extensão no continente, leva desvantagem, já que "fica numa das posições de me-

\* "Argentina versus Chile" — A Defesa Nacional — nº 548 — março de 1960 — págs. 113-114.

Avaliação do Poder Perceptível (1978)

País	Poder Perceptível	Estratégia	Vontade Nacional	Total
Rússia	382	0,7	0,5	458
Estados Unidos	434	0,3	0,4	304
Brasil	98	0,6	0,8	137
Alemanha Federal	77	0,7	0,8	116
Japão	77	0,6	0,8	108

nor significação, colocada numa espécie de ângulo morto do oceano".

Pelo espaço que ocupa, o Brasil se engasta indiretamente nos Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, e atinge o Atlântico para receber o impacto das forças extra-continentais. Se articula ainda com as duas grandes bacias fluviais do continente; recebe assim os empuxos de forças continentais através: do vale longitudinal do Prata e do vale transversal do Amazonas.

E, se o Brasil é formado por três diferentes ilhas econômicas, também não foge à regra o continente sul-americano, onde é tônica o desequilíbrio econômico e político.



c) Para melhor analisarmos a nossa situação no âmbito internacional, podemos citar os dados fornecidos pelo 2º Painel de Assuntos Internacionais promovido, em fins de 1978, pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara. O Brasil passava:

- A ser o 3º exportador de produtos agrícolas do mundo.
- A ocupar o 3º lugar no mundo em construção de navios.
- A ser o principal importador entre os povos em desenvolvimento.
- A ocupar o 8º lugar no mundo no que tange as exportações oriundas de

países em desenvolvimento, o que, na realidade, corresponde a um 1º lugar, visto que os sete primeiros são produtores de petróleo.

— A apresentar suas reservas correspondendo a aproximadamente 20% das reservas totais dos países em desenvolvimento excluídos os membros da OPEP.

— A ter o 8º Produto Bruto Nacional entre as nações do mundo ocidental.

Concluimos assim que, levando-se em conta esses dados que aos da área e população se somaram, o Brasil passou a ter, objetivamente, uma posição externa relevante que antes não possuía.

Posição, que segundo a teoria de quantificação do poder perceptível mundial de Ray S. Cline\*, classifica o Brasil em 3º lugar, depois da Rússia e Estados Unidos segundo o quadro acima:

\* Fórmula Cline —  $PP = (C+E+M) \times (S+W)$  — traduz-se por: Poder Perceptível = (Massa Crítica + Capacidade Econômica + Capacidade Militar)  $\times$  (Objetivo Estratégico + Vontade de Executar a Estratégia Nacional). Explicita Cline, que se deve subentender "Massa Crítica" como "População e Território", e que "o estudo do poder internacional diz respeito não só a capacidade de fazer guerra, mas também à capacidade de impor uma vontade dentro de um contexto político e econômico" — Vide pág. 3 — "Avaliação do Poder Mundial". Seminário Internacional de Política e Estratégia — S. Paulo, 1979.

Posição também destacada, de *nação emergente no âmbito das Relações Internacionais*, dentro das condições básicas indispensáveis, assim especificadas: população maior do que 100 milhões de habitantes; densidade demográfica maior do que 10 hab./km<sup>2</sup> e menor do que 200 hab./km<sup>2</sup>; homogeneidade racial; superfície territorial maior do que 5 milhões de km<sup>2</sup>; continuidade territorial; acesso direto e amplo ao alto mar; recursos naturais estratégicos e essenciais. Conclui então o Vice-Almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas\* que — "excetuadas as duas superpotências atuais, há somente dois países que preenchem essas condições simultaneamente, um no Ocidente e o outro no Oriente: o Brasil e a China".

## DIRETRIZES NACIONAIS

Para que um *espaço* geográfico se constitua numa *força* é necessário que reúna os seguintes requisitos básicos: estar habitado; possuir recursos naturais que o torne produtivo; ter organização política eficiente.

Por sua vez, os *espaços habitados* podem ser reunidos em três grupos distintos:

— *Espaço com grande densidade de população* que, já tendo dominado o seu território, necessita, para a resolução de seus difíceis problemas de espaço vital, de expandir suas fronteiras.

Na atualidade, sem se poder valer do colonialismo, procuram esses países contornar os seus problemas através das comunidades econômicas ou cultural-eco-

nômicas. Daí a formação dos Mercados Comuns e das Comunidades Inglesa e Francesa.

— *Espaço com média densidade de população* integrando países que não necessitam de espaço vital, podendo, pois, subsistir sem pretender estender suas fronteiras. Os Estados Unidos e a Rússia estão neste caso.

— *Espaço com reduzida densidade de população* reunindo países latino-americanos de modo geral, e entre eles o Brasil.

Para esses países o problema consiste em obter um aumento da pressão demográfica, quer por meio de uma imigração perfeitamente planejada e estudada, quer pelo desenvolvimento técnico da população autóctone.



Embora o Brasil seja o mais populoso dentre os países de cultura latina e o 8º na classificação mundial, sua densidade de 13 hab./km<sup>2</sup> é baixa se comparada, por exemplo, com os Estados Unidos ou mesmo com o México.

Por outro lado, confrontando-se o Brasil com os Estados Unidos, Canadá e Argentina, países que no continente recebem as mais consideráveis correntes migratórias, notamos as grandes desvantagens que o fator latitude nos concede.

Quanto as nossas correntes de migração interna, continuam a ser consideráveis as do Nordeste com destino as regiões Sul e Sudeste; isto em função do desnível econômico. Em contrapartida, quer pela abertura do cerrado, quer pelo desenvolvimento das áreas em torno de Brasília e Campo Grande, a região Centro-Oeste recebeu não somente considerável número de nordestinos mas também habitantes das regiões Sul e Sudeste.

\* Conferência para o Curso Superior de Guerra Naval proferida na Escola de Guerra Naval em 25 de setembro de 1980; publicada no *Jornal do Brasil* de 26 de outubro de 1980 sob o título — "Estratégia do Brasil no Futuro".

Mas, se a estimativa do IBGE para o decênio 1970-80 se confirmar, continuará ainda o Brasil na categoria de espaço com reduzida densidade de população. Isto porque: a população nas cidades brasileiras deve aumentar de 42 para 76 milhões; e a população no campo terá um acréscimo mínimo de 41 para 42 milhões de habitantes. Continuará, pois, a defasagem leste-oeste, faixa atlântica-interior.

País com reduzida densidade de população, o Brasil mostra acentuados contrastes dentro de seu próprio espaço tanto no sentido transversal como no longitudinal.



a) A *bacia Amazônica*, de clima equatorial, permanecendo praticamente desabitada, cuja riqueza a ser explorada chegou a ser objeto de convenção internacional, levando o nosso governo, a partir de 1970, a voltar as atenções para a área com maior intensidade.

A *bacia Amazônica* é uma *subregião de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica no continente* — o Caribe e o altiplano Boliviano, este último considerado o próprio "heartland da América do Sul". O conjunto amazônico é controlado por 4 pontos fortes: Belém (leste), a porta natural de acesso do Atlântico; Iquitos (Peru) no oeste e Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) no sul, são os anteparos interiorizados; e Manaus (centro), a chave de controle do tráfico interno fluvial nas direções norte-sul e leste-oeste.

A ocupação da Amazônia no século XVIII pelos portugueses através da bandeira-militar de Pedro Teixeira, bem como os esforços atuais do governo brasileiro para a sua colonização, tiveram e têm o caráter defensivo. As rodovias Transamazônica e a Perimetral-Norte se

enquadram, pois, no "slogan" — "integrar para não entregar".

O *Tratado de Cooperação Amazônica* mais conhecido como o *Pacto Amazônico*, assinado em Brasília (julho de 1978), foi iniciativa brasileira. Reunindo sete países, além do Brasil (Suriname, Guiana, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Colômbia) o Pacto se propõe, no seu contexto geral, a *afastar a ingerência internacional da área*, sobretudo o "Projeto dos Lagos" idealizado pelo Hudson Institute. Seus 28 artigos encerram, pois, 5 princípios básicos:

— Soberania nacional no desenvolvimento e utilização nas áreas amazônicas de cada Estado.

— Competência exclusiva dos países signatários no desenvolvimento e proteção da área.

— Cooperação regional para facilitar a realização dos dois objetivos anteriores.

— Equilíbrio e harmonia entre o desenvolvimento e proteção ecológica.

— Absoluta igualdade entre os signatários.



b) A *bacia Platina*, de clima temperado, povoou-se mais rapidamente que a Amazônica, transformando-se numa zona de tensão, cenário de conflitos que no passado prejudicaram a paz continental. Atualmente se mantém como "punctum dolens", quer através das políticas divergentes quanto ao aproveitamento hidroelétrico, quer pela atração que se possa vir a exercer sobre os dois países interiorizados — Bolívia e Paraguai.

É que no âmbito do Prata se destacam dois pontos fortes: Buenos Aires na planície, e S. Paulo no planalto — os dois maiores centros econômicos e demográficos no continente sul-americano, que refletem o duelo entre a foz e

a nascente. Por outro lado, podemos dizer que as bacias Platina e Amazônica se enquadram num duelo de posicionamento que envolve Buenos Aires e Belém, portos atlânticos e, ao mesmo tempo, portas de entrada para o hinterland sul-americano.



c) Enquanto no sentido transversal contrastam as bacias Platina e Amazônica, no longitudinal é notória a diferença entre a nossa faixa voltada para o Atlântico e o nosso hinterland. O *continentalismo* não foi, até hoje, suficientemente forte para anular a nossa *herança marítima*.

As principais cidades brasileiras são *marítimas ou pene-marítimas*, contrastando com as "marcas interiores", despovoadas e muitas vezes desprotegidas. Assim, em termos geohistóricos, geoeconômicos e geopolíticos *nosso país passa a ser encarado mais em termos marítimos globais do que terrestres propriamente ditos*.

A construção de Brasília constitui, pois, uma diretriz geopolítica para controle e integração do espaço brasileiro; uma tentativa para deslocar o centro de gravidade nacional para o interior; uma tentativa aliás, artificial, ao contrário do que ocorreu com Salvador e o Rio de Janeiro que se implantaram como capitais quando os centros de gravidade (canaieiro e mineiro) já se haviam estabelecido. Brasília é, no contexto, uma plataforma de lançamento para a integração da Amazônia e região Centro-Oeste, regiões centrífugas que ainda formam um semi-círculo marginal em nosso espaço geohistórico, geoeconômico e geopolítico.



Nesse mesmo espaço *atravessamos a crise do atraso em nossa precária situa-*

*ção estrutural*. E nesse contexto é fato que o Brasil começa a deixar a faixa das nações simplesmente exportadoras de matérias-primas, entrando aos poucos no rol das nações industrializadas. Mas esse mesmo mercado, que já começou a tomar forma e consciência, se encontra na dependência de uma rede de transportes que, por ser ainda deficiente, nos leva a continuar, como no passado, *voltados para o Atlântico*. A deficiência dos transportes estrangula o fluxo abastecedor dos nossos mercados, litorâneos em geral, que não se podem intercomunicar facilmente com o hinterland agropecuário. Estes, por sua vez, se vêm desestimulados pela irregularidade e insegurança de suas atividades.

"Das exportações brasileiras, em peso, 93% são realizadas por via marítima e as mercadorias dispersam-se pelos mais diversos portos de destino, em todos os continentes, destacando-se, porém, os da Comunidade Econômica Européia e do Japão, que importam em conjunto 64% do total". E, continua o Vice-Almirante Ibsen Gusmão Câmara\*: "Os países com os quais o Brasil faz trocas por via terrestre — Argetnina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia — representam apenas 4,4% do comércio exterior, nesse montante incluída a parcela exportada por mar... Tais dados demonstram, de forma irrefutável", continua o referido autor, "de que sob o aspecto geoeconômico o Brasil se mantém como um país ilhado e completamente subordinado à manutenção do tráfego marítimo, que, caso interrompido, levaria a nação a rápido colapso".

---

\* "O Pensamento Estratégico Brasileiro — Projeção de nossa Maritimidade na Estratégia Nacional" — A Defesa Nacional nº 688 — março/abril de 1980 — pág. 7.

Cerca de 80% de nossos meios de transporte estão localizados nas regiões Sul e Sudeste, que contrastam por isso, quanto ao fluxo de riquezas, com as demais regiões brasileiras. Concluímos, pois, que com um imenso e diversificado espaço, as nossas diretrizes geoeconômicas, geohistóricas e geopolíticas nacionais devem se ater ao princípio básico de que, para dominá-lo efetivamente, temos que nos dedicar a obra colossal de *nos integrarmos e absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras.*

### DIRETRIZES CONTINENTAIS

Com seus ecúmenos distanciados por largas áreas geopolíticas neutras, vivem o Brasil e demais condôminos do continente sul-americano de costas uns para os outros.



a) O *Panamericanismo* vem sendo, na prática, uma utopia. No plano político os países sul-americanos têm velhas questões com os seus vizinhos, podendo serem agrupadas em *oito áreas de tensão.*

— No norte *divergem a Venezuela e a Colômbia* disputando uma faixa de terra na região petrolífera de Maracaibo; enquanto o *Equador* reclama uma faixa petrolífera de 80.000 km<sup>2</sup> ocupada pelo *Peru.*

— Por sua vez, a *Venezuela* reclama como seu 1/3 do território da *Guiana*, tomado ainda no tempo dos ingleses.

— A *Bolívia* continua a reivindicar sua saída para o Pacífico através do território de Antofagasta, em poder do *Chile.*

— No sul, *Argentina e Chile* disputam posições no Atlântico-Pacífico, quer pelo Canal de Beagle, quer pela Antártica. Enquanto a *Argentina* re-

clama a posse das Malvinas, ocupadas pela *Inglaterra*, embora no mar territorial argentino.

— No Cone Sul, a *Argentina* e sua antiga rivalidade para com o *Brasil*, envolvendo a *Bolívia* e o *Paraguai* na "política do ricochete".

Com esses exemplos podemos dizer que a América do Sul tem uma união em grande parte fictícia baseada no sistema da coexistência pacífica.

b) No âmbito econômico só em 1960 que se viu esboçada uma esperança de união. Surgia nesse ano a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), mais por necessidade do que propriamente por desejo de integração. É que, com a formação de mercados comuns extra-continentais, a América Latina, exportadora de matérias-primas, via fugir um a um os seus principais compradores. E surgiram seus principais competidores na África, onde espaços políticos integrantes das Comunidades Britânica ou Francesa tinham tarifas preferenciais.

Hoje, enquanto os demais mercados extra-continentais evoluem, a ALALC se desfez entravada por vários fatores negativos:

— Porque *as negociações econômicas estavam vinculadas às decisões políticas*, e assim comumente se atrasavam.

— Pela falta de *transportes* e deficientes meios de *comunicação.*

— Pelo fator *desconfiança* que tomou conta dos países ditos secundários da ALALC contra os chamados "Três Grandes" — o Brasil, a Argentina e o México.

Assim, após 20 anos (1960-80) de vigência precária, desaparecia a ALALC, para nos moldes de CEE (Comunidade Econômica Européia) ser criada a ALADI (Associação Latino-Americana

de Integração) que se propõe a promover o "desenvolvimento econômico-social harmônico e equilibrado da região".

O novo projeto de 69 artigos *alterando o mecanismo de facilidades tarifárias da ALALC* possibilita que os membros da ALADI firmem: acordos que se estendam a todos os países-membros de caráter regional; acordos tarifários parciais entre dois países-membros; acordos com as nações de outros continentes, como o africano, por exemplo, desde que os países em questão estejam no mesmo estágio de desenvolvimento que os membros latino-americanos.

Para evitar o predomínio dos "Três Grandes da ALALC", a ALADI dará tratamento diferenciado segundo o grau de desenvolvimento, criando assim *três diferentes grupos de países*; países, que segundo o grupo que integrem gozarão desde as maiores facilidades tarifárias, reduzidas, gradativamente, para o 2º e 3º grupos.

c) Dentro do chamado *integracionismo*, o anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte apresenta-se como um sistema de comunicações terrestre de nítido corte geohistórico, geoeconômico e geopolítico.

— Por se ater à finalidade de *englobar a nosso espaço produtivo*, essa imensa área geopolítica neutra formada pela Amazônia.

— Por se ater também à finalidade de *atrair nossos vizinhos amazônicos* através de troncos rodoviários que se estendem para as Guianas, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia que o Brasil conseguiu reunir no Pacto Amazônico.

— Por outro lado, levando o Brasil a *se aproximar do Pacto Andino* que reúne países ricos em petróleo (Venezuela, Equador e Peru), em estanho (Bolí-

via), em cobre (Peru) e em carvão (Colômbia), com uma indústria de manufaturados ainda deficiente, podemos definir nossa atuação como supridor industrial e de tecnologia, visto que o GRAN (Grupo Andino) pretende vir a ter uma produção interna suficiente.

Atingidos plenamente os objetivos faremos *pesar mais a "gangorra" para o lado do Atlântico*, oceano de navegação intensiva, com vantagem, pois, sobre o Pacífico, de navegação extensiva.

d) Por sua vez a *política dos corredores de exportação* tem também profundas conotações geohistóricas, geoeconômicas e geopolíticas.

— A conexão de rodovias que partem para o Uruguai e Paraguai atrai esses países para o Atlântico através dos *corredores do Rio Grande e de Paranaguá*.

Nessa conjuntura um projeto bem mais arrojado, fundamental do ponto de vista brasileiro, é o que diz respeito ao super-porto do Rio Grande. Se nos prepararmos com previsão para receber petroleiros e graneleiros de 300 a 500 mil toneladas, que provavelmente dominarão de forma absoluta o transporte marítimo mundial dentro de 10 a 20 anos, nenhum porto nesse âmbito regional poderá competir a tempo com o do Rio Grande. E, nessas condições, monopolizaremos o grosso das exportações do Cone Sul.

— Já a conexão ferroviária com a Bolívia, dirigida para o *corredor de Santos*, procura canalizar para o Atlântico toda a vertente oriental boliviana, onde é notória a riqueza petrolífera.

No triângulo geopolítico formado Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, esta última cidade se constitui no pólo de atração mais solicitado rumo ao Atlântico. Isto porque, no sopé do planalto, os 400 metros de altitude de San-

ta Cruz de la Sierra contrastam com os 2.000 metros de Cochabamba e Sucre.

O Brasil firmou, em 1977, o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia, através do qual estenderá os trilhos de Santa Cruz de la Sierra até esta cidade (Cochabamba), que já se conecta com Arica, no Chile. Completada essa transcontinental, seria grande beneficiário neste corredor de exportação para o Pacífico o próprio Brasil, pois nossos investimentos e comércio estão ligados a boa parte da economia boliviana.

Embora o artigo 1 do Acordo de Cochabamba deixe bem claro que "os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em promover com a possível brevidade a realização dos objetivos", as negociações se arrastam; até mesmo sobre o fornecimento do gás natural boliviano cuja discussão remonta ao ano de 1973, quando da assinatura da Ata de Cooperação Brasil-Bolívia no campo da siderurgia, hidrocarbonetos e outros projetos industriais correlatos. Assim, *nem a transcontinental Santos-Arica, nem o gasoduto Santa Cruz de la Sierra-Paulínia (em S. Paulo), são ainda realidade.*

Atendo-nos, porém, ao que já está feito e não ao que ainda está por se fazer, podemos concluir que o *pólo de atração leste formado por Santa Cruz de la Sierra-Corumbá-Santos* leva ainda dupla vantagem se comparado com o pólo de atração sul, comandado por Buenos Aires. Primeiro, porque Santos se encontra a 1.600 km de costa acima de Buenos Aires; segundo, porque a distância Santos-Santa Cruz de la Sierra (2.576 km) é mais curta em 700 km que a dessa cidade boliviana até Buenos Aires (3.285 km).

Relacionando-se ainda com a Bolívia, o *pólo de atração norte, via bacia Amazônica*, poderá, em futuro, ser decisivo.

A via deverá aproveitar o Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de Cuatro-Oyos, que fica a 200 km ao norte de Santa Cruz de la Sierra.

A Declaração Conjunta assinada pelo Brasil e Peru em 1979 reafirma as *nossas diretrizes geopolíticas de interligação oceânica*. Embora ainda no campo das conjecturas diz textualmente a Declaração: "Ao examinar o desenvolvimento dos projetos de interconexão física entre os dois países, e conscientes de que a sua materialização, como complemento da via fluvial natural constituída pelos rios da região amazônica, permitirá o aproveitamento, em benefício mútuo, do potencial de interrelação econômica representada pela fronteira comum, e propiciará a vinculação ao do Brasil com o oceano Pacífico e a do Peru com o oceano Atlântico, concordam em que se proceda em breve à convocação de grupo misto de transporte que considerará a possibilidade de outorgar especiais facilidades em um porto do litoral brasileiro e um porto do litoral peruano".

Com o Equador, desde 1973 planejou-se a implantação de *uma via interoceânica* ligando o San Lorenzo ao sistema fluvial amazônico. Com isto, abria-se para o Brasil um porto equatoriano no Pacífico, obtendo o Equador uma saída para o Atlântico. O projeto já estava em fase de conclusão, quando a descoberta de lençóis petrolíferos na área em questão levou o Equador a optar pelo sistema rodoviário que se vem implantando na Amazônia.

Diretrizes ainda mais arrojadas no âmbito continental é a projetada através da ABRAVEMEX num contexto de *integração econômica da Argentina, Brasil, Venezuela e México*. Tal integração,

se concretizada, permitirá ajustar, dentro do continente, *saídas geoestratégicas em áreas do Atlântico Norte e Sul, do Pacífico e do próprio Caribe.*



Conclui-se, pois, que somente quando forem suficientemente fortes os meios necessários para se vencer as injunções ferroviárias-rodoviárias e fluviais, as *principais diretrizes de integração continental* estarão, naturalmente, *vinculadas às possibilidades brasileiras.*

Numa conclusão geral, podemos ainda afirmar que as nossas diretrizes geopolíticas, sobretudo no âmbito continental da América do Sul se baseiam numa *integração pelo envolvimento* — o "rimland" de Spykman no setor regional. É, pois, a diretriz de nos integrarmos, integrando-nos com os nossos vizinhos.

E, nessa política de integração continental bem mais real no âmbito do Cone Sul: *Mato Grosso do Sul* passou a se constituir na região chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia; enquanto o *Rio Grande do Sul* exerce, por seu dinamismo, igual atrativo no Uruguai e região arribenha da Argentina.

## DIRETRIZES INTERNACIONAIS

Para caracterizarmos as nossas *diretrizes geopolíticas internacionais ou extracontinentais*, temos que levar em conta a definição de *Poder Nacional* ditada pela ESG: "O Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e preservação de seus objetivos nacionais a despeito dos antagonismos existentes".

Para exemplificar a definição, o caso da independência de Angola vem bem a propósito. A despeito da consolidação do regime marxista em Luanda, antagônico portanto ao nosso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer esse governo. É que, ante a ameaça da presença soviética no Atlântico-Sul, tendo em conta a preservação de nossos objetivos, o Brasil se conscientizou de que nossas fronteiras orientais deviam ir até a África.

No plano geopolítico global as diretrizes de um país em direção a consecução de seus objetivos do poder nacional podem equacionar-se de duas maneiras:

— Sob o *ângulo puntiforme* quando se dirige aos países fronteiriços ou adjacentes.

— Sob o *ângulo difundente* quando se dirige não apenas aos países vizinhos mas também em direção a áreas mais afastadas. (Mapa 3)

Neste mundo de centenas de nações tem ainda o Brasil interesses muito restritos levando-se em conta a existência de três mundos-padrões:

— Os *mundos mais integrados*, controlados quanto às armas, exigindo por isso um grau relativamente alto de consultas entre as nações. Estão neste caso os chamados Blocos Ocidental e Oriental.

— Os *mundos perturbados*, muito instáveis, diferentes entre si por terem bipolaridade de poder, podendo ser desmantelados, por pressões externas e por intervenções. Estão neste caso o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a própria África.

— Os *mundos introspectivos*, com fraco controle sobre as armas e pequena



coordenação geral. Nesse caso se inclui toda a América Latina.

•••

a) No chamado mundo integrado fazemos parte do *Bloco Ocidental*. O Brasil surgiu para o mundo e deve sua civilização ao Ocidente; é, por seu posicionamento, um país ocidental. Somos do Ocidente e dependemos do Ocidente. Em contrapartida, neste mesmo Ocidente temos espaços periféricos que nos servem de zona de proteção ou contenção. Que atitude deve assumir o Brasil com relação a esses vazios?

Vamos iniciar a nossa análise citando o geopolítico estadunidense John E. Kieffer\*: "Embora muitos Estados fora da faixa do poder não possam ser classificados como de importância primordial com relação ao poder combatente, contudo, todos eles possuem, por capricho da natureza, algum recurso ou posição estratégica vital que resultam em fator principal ou secundário para as Grandes Potências".

\* "Princípios Fundamentais e Base Geopolítica da América do Sul e Cuba" - *A Defesa Nacional* - nº 535 - fevereiro de 1979 - pág. 104.

Recursos e posição estratégica tem o Brasil no continente americano, visto que seu posicionamento e função geoestratégica vem sendo destacada. Diante dos fatos, sem ufanismos, podemos dizer que se o Brasil precisa do Ocidente, o Ocidente precisa do Brasil. Daí afirmar Golbery do Couto e Silva\* que: "o Brasil tem o direito de esperar do Ocidente entre as necessidades reais de uma estratégia global do Ocidente e as exigências de uma estratégia nacional do Brasil".

Mas, entre as exigências globais e as nacionais abre-se um fosso. As sirenes de alarme já chegaram ao continente africano que reparte conosco o Atlântico-Sul, em sua parte ocidental.

No mês de abril de 1977, na reunião de Secretariados dos Partidos Comunistas, Brejnev mostrou que o processo de "libertação" da África evoluiu rapidamente para completo desequilíbrio do Ocidente, concluindo, na ocasião, que a Rússia havia conseguido mais em dois anos de "détente" do que em quinze anos de "guerra fria". Sabemos que as teses de Ivan Potekin sobre a adaptação da África aos esquemas da análise marxista, oficialmente consagradas no XXIII Congresso do Partido Comunista Russo, consideram "as guerras de libertação parte integrante da estratégia soviética de longo prazo" e a África como base global para a luta e assalto final ao Ocidente.

Por nosso papel regional no quadro mundial, as diretrizes geopolíticas brasileiras já se norteiam dentro do princípio difundente. Assim já partimos economicamente em direção à África, política iniciada em 1970.

Como nação emergente, de política difundente, com interesses vitais no Atlântico-Sul, se impõe ainda as diretrizes geopolíticas brasileiras a *questão da Antártica*. O fato dos Estados Unidos concordarem com a Rússia em internacionalizar a Antártica, plataforma giratória que envolve, segundo o artigo IV do TIAR, a defesa do continente sul-americano, pode tornar o seu país simpático aos russos, mas em contrapartida nos põe diretamente sob a mira do líder do Bloco Oriental.

Sabe-se que se a rota do Cabo, passagem de aproximadamente 70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser fechada ao Ocidente o mundo poderá ser verticalmente cortado ao meio. Deduz-se, pois, que enquanto a OTAN se preocupa com a segurança do Atlântico-Norte aperta-se o cerco pelo Atlântico-Sul. Por outro lado, o fato dos Estados Unidos teimarem na política de que a OTAN resolve o seu problema nos envolve, pois não resolve o nosso. Conclui, assim, Carlos de Meira Mattos\* que: "O objetivo estratégico mínimo do Ocidente para o Atlântico-Sul deverá cobrir duas necessidades vitais — manter o tráfego marítimo de seu interesse e preservar a capacidade de operar de suas forças aeronavais".

Temos que nos valer desse Atlântico-Sul por várias razões:

- Porque se concentram aí nesse nosso litoral 80% da população brasileira.
- Porque o extenso litoral brasileiro avança consideravelmente para esse oceano, num "entorce continental" que nos leva em direção à África, a "nossa fron-

\* "Geopolítica do Brasil" — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1967 — pág. 256.

\* "Atlântico-Sul — Sua Importância Estratégica" — A Defesa Nacional — nº 688 — março/abril de 1980 — pág. 88.

teira além-Atlântico" — assim caracterizada pelo governo Geisel.

•••

b) No que concerne aos chamados "punctum dolens", ou seja, os pontos de atrito onde se chocam os interesses ocidentais e orientais, podemos classificá-los como:

— Áreas que não nos tocam diretamente como, por exemplo, no caso do Sudeste Asiático, onde são praticamente nulos os nossos interesses.

— Áreas que nos tocam mais diretamente, como nos casos presentes da África, Antártica e Oriente Médio.

Em se tratando do *Oriente Médio*, sendo impossível ir até o âmago do conflito árabe-israelense, e muito menos formular propostas para a sua solução, faz-se interessante uma comparação em dados objetivos:

— Os territórios árabes cobrem . . . . 22.015.000 km<sup>2</sup>; o de Israel apenas 73.815 km<sup>2</sup>, menor portanto, que o nosso Estado de Pernambuco (98.281 km<sup>2</sup>).

— Os países árabes reunidos contam com um total de cerca de 134.000.000 de habitantes; enquanto Israel tem aproximadamente 3.500.000 pessoas.

Essa assimetria está também presente na riqueza real e potencial dos dois contendores. Nessa conjuntura, inteiramente vista pelo ângulo econômico, temos um Brasil importando mais de 2/3 do petróleo consumido; em 1979, praticamente 1/3 de nossas exportações teve que ser trocada por petróleo. No Oriente Médio o petróleo está com os árabes; temos além da nossa BRASPETRO com interesses no Iraque, no Koweit e na Arábia Saudita outras companhias operando na região.

## CONCLUSÕES GERAIS

a) No âmbito nacional procura o Brasil integrar suas áreas geopolíticas neutras para poder *melhor dominar o seu espaço geográfico*.

— No oeste valemo-nos de nossa natureza terrestre, estendendo para além de nosso ecúmeno estatal, ainda tão reduzido (cerca de 18% de nosso território), os objetivos integracionistas do Prodoeste, anéis rodoviários da Amazônia e corredores de exportação.

— No leste valemo-nos de nossa natureza marítima (7.408 km de litoral), apoiando-nos ao núcleo geohistórico do Atlântico-Sul.

— Quer através de nossas fronteiras terrestres (15.719 km) com dez dos doze países sul-americanos, quer pelo nosso próprio posicionamento com a maior parte da fronteira atlântica, temos que nos ater a *uma política de integração física que só se fará efetiva com a complementariedade econômica*.

b) Nessas condições, o Brasil, por sua presença física na América do Sul não poderá se esquivar à premissa geopolítica de ser o *múltiplo vetor no destino continental*. Podemos assim dizer, que no âmbito continental sul-americano, o Brasil, quer por sua forma, quer pelo seu posicionamento, se constitui em importante peça geoeconômica, geopolítica e geoestratégica regional.

Para fortalecimento dessas múltiplas funções, temos também que *vencer a fragmentação continental*. Pelo posicionamento da zona geopolítica neutra na fronteira, observamos que o Brasil está de costas voltadas para seus vizinhos, que por sua vez estão também de costas voltadas uns para os outros.

c) No âmbito mundial, só agora, como potência emergente começamos a

nos convencer de que somos o 4º país do mundo em terras contínuas e o 5º em espaço, no quadro das unidades políticas do Globo.

Considerado como o país mais mestiço do continente, não existem aqui as discriminações raciais que contribuem para a formação de "quistos" notados nos Estados Unidos, no Canadá e na própria Rússia.

Herdamos, por outro lado, o sentimento de união, que caracterizou Portugal no passado. Não existe aqui o separatismo que ainda hoje se nota em paí-

ses herdeiros de Castela que, na realidade, comandava uma federação de Reinos.

Ainda na esfera mundial, já começamos a perceber que, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo (8º lugar). Nação das mais populosas com três condições fundamentais para ser Grande Potência, pois temos: espaço, posição e matérias primas.

Somos, portanto, dentro do conceito geohistórico e geopolítico global uma nação satisfeita; mas sabemos que o nosso desenvolvimento sócio-econômico ainda não se projeta a altura de nosso espaço e posição.